

Foto: Cleidimar Pedroso

Caos na Ufam: Consuni silenciado, obras atrasadas e calendário incerto



Análise feita pelo CLG mostra que o impacto do corte de recursos na Ufam é de 16,3% considerando os valores de capital e de custeio. As obras inacabadas na instituição já totalizam mais de R\$ 16,5 milhões. Consuni não se reúne há mais de dois meses. **Páginas 5, 6 e 7**

60º CONAD

Instabilidade e retirada de direitos são debatidos

Página 3

ARTIGO

As mentiras de um pseudo-movimento

Página 8

MOBILIZAÇÃO

Unidades de fora da sede mantêm agenda intensa de atividades nos mais de 70 dias de greve



Mais de 60 panfletagens, debates, mesas-redondas, exibições de filme e visitas a salas de aula já foram realizadas pelos professores, nas cinco unidades acadêmicas de fora da sede. Os *campi* de Benjamin Constant, Parintins, Humaitá, Coari e Itacoatiara foram responsáveis por quase 40% dos 292 votos favoráveis a deflagração do movimento paredista. **Página 4**

Foto: Divulgação

ENTREVISTA

Corte restringe participação brasileira em eventos

“Os cortes orçamentários e todas as medidas restritivas impostas têm promovido um processo crescente de diminuição das pesquisas no país e de restrição da participação em eventos, interrompendo o fluxo de troca de conhecimentos, processos indispensáveis para a vitalidade de qualquer sistema de produção de saberes”.

Página 9



05 de agosto de 2015: 52 dias de greve dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), 70 dias de greve dos Docentes; Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), pauta burocrática. 31 de agosto de 2015: 78 dias de greve dos TAEs, 96 dias de greve dos Docentes; Reunião do Conselho de Administração (CON-SAD); pauta burocrática.

02 - 03 de setembro de 2015: 81 dias de greve dos TAEs, 99 dias de greve dos Docentes; Reunião do Conselho Universitário (CONSUNI); pauta burocrática.

Três meses de paralisação e, como insistem dizer a Reitoria e alguns docentes, a UFAM continua funcionando "normalmente".

Onde está a "normalidade" na UFAM?

Na capenga concepção de "direito", que sobrepõe direitos individuais a direitos coletivos?

Na atitude autoritária de professores, Centros Acadêmicos e Diretório Central de Estudantes que abdicam da discussão livre em nome de intervenção legal?

Na violência jurídica que amordaça a comunidade acadêmica e impede o CONSUNI de deliberar sobre assuntos do interesse da Universidade?

No encerramento de aulas precariamente ministradas?

Nas disciplinas que, por irresponsabilidade ou oportunismo, foram finalizadas para que os seus professores entrassem no gozo de férias anteriormente programadas?

Na reprovação traiçoeira de alunos que não frequentaram aulas por terem confiado no diálogo aberto pela Reitoria em torno de suas reivindicações?

Na imposição de início do segundo período de 2015 sem a reposição das aulas do primeiro período?

A UFAM está funcionando "normalmente"? Onde está essa normalidade?

A UFAM está vivendo anormalmente. Vivendo? Aliás, não apenas a UFAM, mas a Universidade Pública está morrendo aos poucos, vitimada pela precarização das condições de trabalho e das condições de ensino.

A única coisa que tem funcionado normalmente na UFAM são aqueles estudantes que não se curvaram às intimidações e aos assédios. Os estudantes livres, que não se deixam atrelar por favores concedidos e que continuam a lutar por uma formação superior digna.

Estudantes que mesmo antes da greve ocuparam a Reitoria e forçaram, com seu lema "Movimento UFAM", a abertura de diálogo em torno de sua pauta de

reivindicações.

Estudantes que promovem festas e campings culturais festivos, vibrantes e, acima de tudo, absolutamente regidos pela normalidade, sem qualquer registro de "danos ao patrimônio" ou quaisquer outros "abusos de conduta" como se lhes acusa de antemão o conservadorismo para o qual "estudante" é sempre sinônimo de arruaça, de delinquência, de desmesura, e, até mesmo, de marginalidade.

Estudantes que dizem "Não!" às reprovações injustas que penalizam a sua liberdade de atores políticos.

Estudantes que firmes dizem "Não!" ao caos institucional e acadêmico instalado pela falsa "normalidade" da UFAM.

Estudantes que em altas vozes defendem "Um só calendário".

Estudantes que, decididos, ao exigirem "Nenhum/a Prejudicado/a" estão dando a todos nós uma lição de que o direito coletivo é maior do que o direito individual de cada um.

Estudantes que mostram como deve ser uma Universidade "normal", com festa, alegria, vibração, descontração e seriedade, aliados nas práticas de ensino-aprendizado e no compromisso social.

Viva aos estudantes livres!

Notas

Cortes UFPA

Os serviços de vigilância armada, portaria e limpeza precisaram ser reduzidos na Universidade Federal do Pará (UFPA), em julho deste ano, após o governo federal cortar 20% do orçamento da instituição. Com uma verba de R\$ 217 milhões prevista para 2015, a UFPA deixou de receber R\$ 46 milhões. Cerca de R\$ 15.400 milhões, o equivalente a 10% desse montante foram retirados do orçamento de custeio, que inclui gastos com limpeza, segurança e energia elétrica. O maior corte, de 50%, está nos recursos destinados à expansão da universidade. São R\$ 30 milhões a menos para serem utilizados no desenvolvimento de projetos e pesquisas e também na construção de novos prédios. Oito projetos de ampliação e reforma previstos para este ano foram deixados para depois. É Pátria Educadora!!!

PPE: mais um golpe contra o trabalhador

A nova medida provisória (MP 680/2015), editada pela presidente Dilma Rousseff em julho deste ano, é mais uma estratégia do governo que amplia a retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. A MP institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) autorizando a redução de jornada de trabalho em 30%, associada à respectiva redução dos salários. Para se ter uma ideia do prejuízo para o bolso do trabalhador, um funcionário que recebe hoje R\$ 3 mil e tem sua jornada reduzida em 30%, por exemplo, passaria a receber R\$ 2.550, destes R\$ 2.100 custeados pela empresa e o restante (R\$ 450,00) pelo governo, gerando uma perda salarial de 15%. Centrais sindicais como a Força Sindical e a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo apoiaram a MP. No entanto, em julho, trabalhadores da Mercedes, base do Sindicato do ABC, recusaram um acordo proposto pela empresa de redução em 20% da jornada com redução de salários.

Atividade de greve

A ADUA teve a honra de receber, em julho deste ano, como palestrante durante uma das atividades da greve de ocupação da categoria docente, o professor João de Jesus Paes Loureiro, autor de diversas obras sobre a região. A atividade teve como tema a 'Cultura Amazônica: uma diversidade diversa' e foi organizada pela Livraria e Editora Valer. Paes Loureiro fez um comparativo entre os mitos que contam a origem de cidades da Amazônia e de outras localidades. Professores e estudantes de graduação e pós-graduação estiveram entre os presentes. João de Jesus Paes Loureiro é paraense da cidade de Abaetetuba, à margem do rio Tocantins. Em Belém, cursou a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras, Artes e Comunicação, na UFPA. Loureiro esteve em Manaus para lançar o livro Cultura Amazônica – uma poética do imaginário.

charge



UFGD suspende pela 1ª vez calendário

No fim de julho a Universidade Federal de Grande Dourados vivenciou uma experiência inédita: pela primeira vez o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) decidiu suspender o calendário acadêmico na Universidade. A medida antecedida por uma consulta pública feita pela reitoria, com a participação das direções das faculdades, coordenadores de pós-graduações, coordenadores das graduações, DCE, CAs, Atléticas, SINTEF e ADUF, garantirá aos acadêmicos, professores e técnico-administrativos o pleno ajuste das atividades acadêmicas, resguardando todos os direitos durante o período de greve. Na reunião do CEPEC duas comissões foram criadas: a Comissão de Avaliação das Exceções à Suspensão do Calendário Acadêmico e a Comissão de Normatização do Uso de Nome Social por Acadêmicos.



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Cleidimar Pedroso (SRTE-AM 429), Daniel Amorim (SRTE-AM 0584).

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Cleidimar Pedroso, Comando Local de Greve, ANDES-SN e Divulgação.

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

60° Conad

Docentes federais atualizam plano de ações e aprovam intensificação da luta

Fotos: Divulgação ANDES-SN

O quadro de instabilidade política, de cortes orçamentários e de retirada de direitos dos trabalhadores, com repercussão direta no seio das instituições de ensino superior, foi o centro do debate da 60ª edição do Conad, que ocorreu de 13 a 16 de agosto, em Vitória. Durante esse período, professores de universidades de todo o país engendraram esforços para, diante da atual conjuntura, atualizar os planos de lutas da categoria. Eles aprovaram a intensificação das ações de enfrentamento das políticas de ajuste fiscal, de desvalorização dos docentes e de precarização das universidades públicas.

Realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Conad deste ano teve como tema central “Atualização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade de organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação” e reuniu aproximadamente 170 participantes. Entre eles, o presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira, e os professores Welton Oda, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), e Valmir Flores Pinto, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), de Humaitá, formando a delegação da seção sindical.

O presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, avalia a realização do evento como positiva diante de um cenário tão desfavorável. “Esse Conad teve muitos pontos aprovados por consenso, pois o 34º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em janeiro de 2015, aprovou um plano de lutas que deu conta até agora das necessidades do ANDES-SN diante da conjuntura política. Desde o início do ano estamos sendo protagonistas de diversas greves nos estados, realizando uma forte greve nas federais, além de construir ações conjuntas com os servidores públicos federais, ao lado das demais categorias da CSP-Conlutas e do Espaço de Unidade de Ação”.

Para dar continuidade às ações, os professores, muitos dos quais em greve, atualizaram o Plano de Lutas da categoria

aprovado durante o 34º Congresso do ANDES-SN. “Nesse momento, em que a greve dos docentes federais está próxima de completar três meses de duração, é dever dos docentes protagonizar a defesa da educação pública. É compromisso reafirmar a unidade de todos os setores do Sindicato Nacional na defesa da educação pública, que está sendo extremamente violentada pelas políticas de ajuste fiscal – que retiram recursos da educação pública e favorecem a lucratividade do capital”, disse Rizzo.

Ações unitárias

Durante a plenária do tema III “Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: setores”, os delegados aprovaram as principais ações que devem nortear a atuação do ANDES-SN no próximo período. Em relação ao Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (IEES/IMES), os delegados decidiram pela realização, entre os dias 25 e 27 de setembro, do XIII Encontro Nacional das IEES/IMES e do Seminário Nacional do Setor IEES/IMES sobre Federalização e Financiamento, em Campinas (SP).

Quanto à pauta específica e a agenda do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), a plenária encaminhou a intensificação da luta pela pauta do setor – Campanha 2015 – focando na defesa do caráter público da universidade, melhoria das condições de trabalho, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira docente e valorização salarial de ativos e aposentados, razões que levaram os professores à paralisação no âmbito das universidades federais, entre eles os da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em greve desde o dia 15 de junho.

No que se refere à atuação nas atividades conjuntas com outros trabalhadores, os delegados do 60º Conad destacaram a importância em estreitar as articulações com as entidades dos Servidores Públicos Federais (SPF) na luta pela pauta unificada do funcionalismo federal, como forma de pressionar o governo a negociar a pauta dos trabalhadores.



Edição do Conselho das Associações Docentes do ANDES-SN ocorreu de 13 a 16 de agosto em Vitória.



“Não há saída fora da luta”, afirma presidente da ADUA, ao avaliar realização do CONAD

“O 60º CONAD, realizado em meio à greve que mobiliza forças de resistência nos setores municipais, estaduais e federal da educação, nomeadamente nas Universidades Federais, converteu-se num espaço de reafirmação de direitos e de denúncia contra o desmonte que o governo e o Estado brasileiro, sob o lema da Pátria (dita) Educadora, impoem à população. Nas discussões e formulações trabalhadas nos grupos mistos e nas plenárias os delegados reafirmaram e atualizaram o Plano de Lutas aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN e selaram o compromisso de radicalizar a luta unitária e classista como resposta à agressão cada vez mais intensa e abrangente aos direitos sociais dos trabalhadores. Não há saída fora da luta.

É lutar ou lutar. Porque educadora é a luta, não a pátria servil à lógica do capital que a tudo mercantiliza. Como destacou o Presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, cada militante do Sindicato Nacional deve se reconhecer como dirigente da luta. Não temos o direito de transigir ou flexibilizar direitos diante da agenda neoliberal reciclada pelo governo lulodilista. Ou intensificamos a luta de resistência combinada ao projeto de sociedade rumo ao socialismo, ou por demissão e submissão reforçamos a barbárie em curso. Como dizia o velho Adorno, se é certo haver uma linha direta que vai da baladeira à bomba atômica, seguramente não existe progresso linear que avance da barbárie à civilização. Não há vida civilizada sem luta!”

Contra os cortes

O 60º Conad aprovou também lutar pela revogação dos cortes no orçamento das políticas sociais e a recomposição do orçamento da educação pública e, ainda, pela manutenção e ampliação dos colégios de aplicação e escolas de educação in-

fantil, além da promover debates sobre o investimento necessário, como percentual do PIB, para a garantia da educação pública de qualidade em cada estado e no Distrito Federal, com a recomendação de realização de estudo pelo Dieese/Ilaese.

Para barrar a ofensiva con-

servadora na educação, os delegados deliberaram lutar para que os currículos de graduação tenham em suas diretrizes curriculares disciplinas específicas que discutam as relações de gênero e a produção de materiais informativos didáticos para subsidiar ações contra a discriminação etnoracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual, conforme já aprovado no 33º Congresso do ANDES-SN.

Durante o evento e a partir das deliberações tomadas, a categoria deixa claro que o lugar do ANDES-SN é na defesa da autonomia e fortalecimento da classe trabalhadora. Análise essa reafirmada em quase todas as falas durante a Plenária do Tema 1 “Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 34º Congresso”. Nas intervenções os professores destacaram a relevância da atuação do Sindicato Nacional nos últimos meses no processo de reorganização e autonomia da luta da classe trabalhadora.

61º Conad

A próxima edição do Conselho das Associações Docentes do ANDES-SN será realizada em Boa Vista/RR. O encontro ainda não tem data definida para sua realização.

MOBILIZAÇÃO

Ritmo intenso marca atividades de greve nas unidades de fora da sede

Foto: Divulgação

Responsáveis por quase 40% dos 292 votos favoráveis à deflagração da greve dos docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que teve início no dia 15 de junho, os campi de Benjamin Constant, Parintins, Humaitá, Coari e Itacoatiara têm mantido um ritmo intenso de atividades para pressionar o governo federal a discutir a precarização do ensino superior tão latente nas unidades fora da sede, devido, principalmente, à falta de infraestrutura. Em quase 80 dias de greve, mais de 60 panfletagens, debates, mesas-redondas, exposições de filmes e visitas a salas de aula foram realizadas pelos professores, nos cinco campi.

No Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), unidade acadêmica da Ufam em Parintins, durante o Festival Folclórico dos bois Garantido e Caprichoso realizado no fim do mês de junho, a comunidade acadêmica intensificou a distribuição de panfletos com a pauta da greve nos semáforos da Avenida Amazonas, a principal do município, assim como no Mercado Municipal e no porto da cidade.

Reuniões com alunos e técnico-administrativos, debates e exibição de filmes também vem sendo organizados pelo comitê local, segundo a docente da unidade acadêmica, Elisandra Garcia. “A exibição de filmes é chamada de Cine Greve e ocorre todas as terças-feiras. Na primeira semana foi exibido o filme A Onda, sempre priorizando as obras com a temática de luta típica da greve”, explicou.

Ainda em junho, assembleias foram realizadas por docentes e estudantes, em Parintins, para definir a pauta local de greve para envio à reitoria.

No mês de julho, foi a vez da comunidade acadêmica do município realizar uma mesa-redonda para discutir a “Educação Pública e a greve como instrumento de luta”. O evento contou com a participação da professora da Ufam Arminda Mourão; do professor Ronaldo Rosas, da Faculdade Federal Fluminense; o professor Antônio Rodrigues Belon, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; e do professor



Em dois meses de greve, mais de 60 ações foram realizadas nas cinco unidades acadêmicas da Ufam localizadas fora da sede.

da Ufam, Rafael Bellan. Alunos e docentes da Ufam também prestigiaram a atividade, assim como os professores da rede estadual de ensino.

Itacoatiara

Com 28 votos a favor da greve, um contra e duas abstenções o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET) é outra unidade acadêmica da Ufam que vem demonstrando estar afinada com a luta nacional da categoria pela melhoria da qualidade da educação superior brasileira. A realização de reuniões, formação de comissões, exibição de filmes sobre o movimento sindical e debates voltados às demandas locais do movimento paredista de ocupação têm sido apenas algumas das ações devolvidas na unidade acadêmica, desde a deflagração da greve, de acordo com a professora Samanta Aquino, do curso de licenciatura em Química e Biologia, lotada no município.

“No dia 17 de junho fomos às salas de aula dialogar com os alunos e realizamos um ato público no turno da tarde”, contou Aquino.

Panfletagem na Avenida Parque, a principal do município, e atividades socioculturais com

vídeos e café da manhã também têm dado o tom da luta docente em Itacoatiara.

Humaitá

À frente de uma programação política e cultural intensa, o Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), unidade acadêmica da Ufam em Humaitá, desde junho promove a exibição do Cine Cultural. Os filmes “A Revolução dos Bichos”, “1984”, “Billy Elliot”, “Pride”, “O Jardineiro Fiel” e “Água” estiveram entre as obras disponibilizadas a comunidade acadêmica. Segundo o 2º vice-presidente da ADUA e docente da Ufam em Humaitá, Aldair Andrade, debates sobre as sociedades autoritárias e a política de financiamento do governo federal, assim como a realização de oficinas de estudo de textos sobre o problema do financiamento da educação no país também compõem a agenda da greve de ocupação no Instituto. No início de julho, um debate e um grupo de estudo foram realizados para avaliar a ação do Banco Mundial nas políticas educacionais

Às sextas-feiras ocorrem ainda atividades culturais com música e sarau, bandas e artes.

Em quase 80 dias de greve, mais de 60 ações de panfletagem, debates, mesas-redondas, exposições de filme e visitas foram realizadas nos cinco campi

Benjamin Constant

No Instituto de Natureza e Cultura (INC), no município de Benjamin Constant, a intensidade da mobilização se repete. Apenas três dias após a deflagração do movimento paredista, os professores da unidade acadêmica já realizavam visitas às escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio para expor aos alunos a pauta da greve. Reuniões e debates sobre as questões locais e nacionais que pautam o movimento também foram realizados.

Já no mês de julho, uma assembleia discutiu sobre a situação do calendário de atividades; a representação docente no Consuni e no Conselho diretor; a possibilidade de realização de um Curso de Formação sindical pela ADUA no município; e para apresentar as atividades desen-

volvidas pelos grupos de trabalho.

Coari

Em Coari, sede do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), uma manifestação em frente à sede da unidade acadêmica da Ufam com a participação de representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica e uma passeata pelas principais ruas do município marcaram os dias 18 e 19 junho.

Na semana em que a greve completou 40 dias, discussões sobre os pontos de pauta da categoria docente foram feitas no auditório da unidade acadêmica. Um debate sobre a “Precarização do Ensino na Universidade Pública” tomou ainda como objeto de análise as dificuldades vivenciadas no ISB. A atividade foi mediada pelo professor Cleber Araújo.

Reuniões fixas todas as segundas-feiras também fazem parte das atividades desenvolvidas pelo comando de greve de Coari. Os informes do ANDES-SN e da ADUA; situações relativas à semana anterior; e discussões sobre a agenda de atividades que será seguida ao longo da semana compõem, geralmente, a pauta da atividade.

■ AMORDAÇADO

Consuni calado por mais de dois meses

Foto: Annyelle Bezerra

Depois do anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Federais, rechaçado pela comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em janeiro de 2013, e do uso impróprio de recomendação do Ministério Público Federal (MPF/AM) por parte da Reitoria no site da instituição, para cancelar o seu posicionamento institucional contra a greve dos docentes deflagrada no dia 15 de junho, a autonomia universitária sofreu mais um duro golpe – o terceiro em menos de três anos.

A investida fez calar a maior instância deliberativa da Ufam: o Conselho Universitário (Consuni), órgão máximo da instituição, onde os conselheiros debatem e decidem temas de interesse da universidade. Silenciado por força judicial, o Consuni não é convocado há mais de dois meses, situação que fere o Regimento da Ufam, segundo o qual o Conselho deve se reunir, ordinariamente, uma vez por mês. Professores com décadas de atividades na instituição não recordam de episódio semelhante e afirmam que nem no período ditatorial a universidade passou por situação dessa natureza. Tempos sombrios.

Os responsáveis pelo mais veemente e recente ataque a um dos princípios basilares da universidade pública brasileira – a autonomia universitária, assegurada no artigo 207 da Constituição Federal – têm personalidade física e jurídica. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufam, os Centros Acadêmicos de Direito (CAD) e de Medicina (Camed) e os professores Adriano Fernandes Ferreira e Cícero Augusto Mota Cavalcante, este último diretor do Instituto de Ciências Exatas (ICE) da Ufam, impetraram mandado de segurança preventivo contra a possível suspensão do calendário acadêmico, que seria objeto de discussão em reunião do Consuni marcada para o dia 03 de julho.

No mandado, os impetrantes alegam a defesa de seus direitos individuais em detrimento do coletivo. No termo, reconhecem o resultado de “292 votos favoráveis à greve e 271 contrários, além de 4 abstenções” e entram em contradição ao sustentar que o número de docentes em greve é “significativamente inferior ao dos professores que desejam manter suas atividades laborais”. A atitude revela o flagrante des-

respeito à decisão da maioria dos professores, tomada em Assembleia Geral da categoria.

No entanto, a juíza federal Marília Gurgel de Paiva e Sales, da 3ª Vara do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, concedeu, no dia 1º de julho, dois dias antes da reunião, liminar aos impetrantes do mandado de segurança e determinou ao Consuni que se abstivesse de suspender o calendário acadêmico. Caso não atendessem à determinação, tanto a Reitoria, professora Márcia Perales, quanto os demais conselheiros, estariam sujeitos à “responsabilização criminal, civil e político-administrativa”.

A reunião extraordinária do Conselho, convocada pela Reitoria para deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico da instituição, teve início na manhã do dia 03 de julho, porém, por força da liminar expedida, foi cancelada. Mas não sem uma demonstração clara da ADUA e do Comando Local de Greve (CLG) em defesa da autonomia universitária: professores, técnicos e estudantes entoaram palavras de ordem em favor da autonomia dentro e fora do Plenário.

Durante o encontro, o presidente da entidade, professor José Alcimar de Oliveira, apresentou pedido formal de suspensão da reunião e que a reitoria acionasse a Procuradoria Federal para defender a autonomia universitária atingida. Com apenas uma abstenção, o Conselho acatou a proposta da entidade e a reunião foi encerrada. Para ele, a “autonomia da universidade foi afrontada”.

A reitora da Ufam, professora Márcia Perales, destacou a prerrogativa constitucional que garante às Universidades autonomia para decidirem sobre assuntos que lhes são próprios. “Acho que tudo aquilo que nos impede de discutir e deliberar é desconfortável. Acho que esse conselho tem competência para discutir e decidir. Faz parte das suas prerrogativas, é claro que isso em consonância com a legislação”, disse.

Após manifestação do movimento paredista, a Ufam, representada pela Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, interpôs no dia 16 de julho agravo de instrumento, com intuito de suspender a liminar, uma vez que ela “viola o preceito constitucional da autonomia



Comunidade acadêmica fez duras críticas àqueles que golpearam a autonomia universitária

universitária, tolhendo a Ufam de debater os seus próprios rumos, caracterizando uma claríssima interferência do Poder Judiciário no mérito do ato administrativo”.

Determinada a defender o princípio constitucional, a ADUA também interpôs agravo de instrumento, como terceiro interessado, desconstruindo os argumentos utilizados pelos impe-

“Até quando vamos aceitar este processo de interferência nas nossas decisões, permitindo que posições individuais prevaleçam sobre as decisões coletivas de uma categoria?”

trecho de nota do CLG

trantes do mandado que calou o Consuni. “O movimento docente representado pela ADUA, técnicos e estudantes não abre mão da autonomia. Medidas externas não podem violar quaisquer dos nossos direitos, inclusive o de discutir plenamente os interesses da universidade”, afirmou o 1º vice-presidente da seção sindical, professor Lino João de Oliveira Neves.

Acolhendo agravo de instrumento, impetrado pela ADUA, o desembargador federal Néviton Guedes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cassou a liminar que impedia o Conselho de deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico, “por

não vislumbrar na decisão recorrida fundamento que justifique, nem de longe, temor que a Administração venha a praticar ato ilegal”. Na decisão, proferida pelo relator em 31 de julho de 2015, o magistrado afirma que “não cabe ao Poder Judiciário, sem motivo legal aparente, impedir que a Administração tome decisões que estão inseridas em sua legítima esfera de competência”.

A decisão, porém, foi proferida um dia após sentença prolatada pelo juiz federal Ricardo de Sales, em que não acolheu a ‘defesa’ da Ufam, através da Procuradoria Federal do Amazonas e ratificou a liminar determinando à reitora da Ufam que abstivesse de suspender o calendário acadêmico.

Para o presidente da ADUA, José Alcimar, o imbróglio tem repercussão negativa. “A sentença traz uma série de consequências, como os prejuízos decorrentes da eventual manutenção do calendário acadêmico. Como retornar às aulas no segundo semestre de 2015 se há disciplinas que não foram concluídas no primeiro semestre?”, questionou.

Moções de Repúdio

O caso recebeu duras críticas em virtude do golpe à autonomia universitária e às tentativas de amordaçar o Consuni. “Até quando vamos aceitar este processo de interferência nas nossas decisões, permitindo que posições individuais prevaleçam sobre as decisões coletivas de uma categoria? O quanto estamos dispostos a abrir mão de nossas conquistas? Onde foi pa-

rar a Autonomia Universitária?”, diz trecho de nota divulgada pelo CLG.

O cientista social Luiz Fernando Souza Santos, professor da Ufam e doutorando em Sociologia na Unicamp, criticou a medida judicial. “Transformaram o espaço público da UFAM numa arena beligerante, buscaram boicotar o direito ao voto dos professores das unidades acadêmicas do interior, defenderam métodos de votação estranhos à prática de um sindicato autônomo, crítico. E quando todos esses recursos espúrios não deram certo, passaram a apostar todas as suas fichas no espectro da judicialização da greve”, salienta.

Na avaliação da professora da Faculdade de Educação, Arminda Mourão, medidas judiciais como essa atropelam a autonomia das universidades. “Nós sempre lutamos por essa autonomia administrativa, didático-pedagógica e financeira. A liminar coloca a gestora na parede e passa por cima da autonomia. Se todas as reitorias (do país) já estavam de joelhos para o MEC, agora, mais ainda”, criticou.

No fim de agosto a docente assinou carta aberta à Reitora da Ufam. No texto, Arminda levanta preocupações e deixa a questão: “E a Magnífica Reitora Márcia Perales ou entrará na história como algoz dos trabalhadores e coveira da autonomia, ou como a Reitora que soube dialogar em um momento de crise? Espero de coração que a alternativa seja o diálogo”. A expectativa é de todos.

CONTINGENCIAMENTO

Corte em custeio e capital chega

Depois de cinco tentativas da ADUA e do Comando Local de Greve (CLG) dos docentes de obter informações sobre o impacto do corte de recursos da Educação nas atividades da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), feitas publicamente e por ofício à Administração Superior da instituição desde o fim do mês de maio, somente no início de agosto a Reitoria divulgou os impactos dos cortes. Situação mais preocupante é com os recursos de capital que caíram pela metade.

De acordo com números divulgados pela atual gestão, os valores de capital sofreram contingenciamento de 49%, baixando de aproximadamente R\$ 42 milhões para cerca de R\$ 21,4 milhões. Já os valores de custeio tiveram corte médio de 7%, passando de R\$ 141,7 milhões para R\$ 132,3 milhões. Análise feita pelo CLG mostra que o impacto do corte de recursos na Ufam é de 16,3%, quando considerados esses dois grupos de despesas.

A divulgação desses números coincidiu com ação intitulada "Abre as Contas, Reitor(a)", promovida pelo Comando Nacional de Greve (CNG), no início de agosto, com intuito de pressionar as administrações a tornar público o impacto causado pelo corte de verbas do governo federal nas Instituições Federais de Ensino (IFE), uma vez que muitos se negavam ou omitiam tais informações.

A reação de dirigentes de várias universidades no Brasil ao movimento oscilou entre a indiferença e a preocupação. O rei-

tor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, divulgou, por meio da Pró-reitoria de Planejamento, que os recursos disponíveis não serão suficientes para cobrir as despesas previstas para 2015.

Localmente, o movimento paralista dos professores e dos técnicos, com apoio dos estudantes, realizou um ato público, na entrada do Campus Universitário, no dia 5 de agosto com intuito de chamar atenção da sociedade para a questão. Nesse dia, representantes dos três segmentos também

"A Administração alega que o corte foi pequeno. Porém, houve uma manipulação dos números para elevar os valores e minimizar o impacto".

Prof. Marcelo Vallina

fizeram cobrança pública à reitora, professora Márcia Perales, durante reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Na ocasião, o presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, entregou à gestora, mais uma vez, documento em que solicita as informações sobre o corte de recursos da instituição.

Em resposta, por ofício, a Administração Superior da Ufam tenta minimizar o impacto da medida. "De modo geral, o contingenciamento no valor aprovado foi de 5%, o que resultou em uma re-

dução do valor inicial de R\$ 570,8 milhões para R\$ 540,8 milhões...", diz trecho de documento encaminhado à ADUA. Ocorre que a Reitoria considerou no cálculo total os valores previstos para o pagamento de pessoal (salário e encargos sociais), no montante de R\$ 387,1 milhões que representam 67% do orçamento aprovado e, obviamente, não podem ser reduzidos.

Em outro trecho, a Reitoria destaca que "programas como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foram integralmente preservados". Mas, contudo, não indica planos e programas que tiveram suas ações comprometidas pelos cortes.

Análise

Tal como foi apresentado, o impacto do corte parece irrelevante, mas tal impressão, na avaliação do docente do Departamento de Serviço Social, e integrante do CLG, professor Marcelo Vallina, deve-se a uma estratégia que consiste em camuflar a real extensão desses valores por meio de indicativo do setor de pessoal, cuja folha de pagamento não pode ser alterada. "A administração alega que o corte foi pequeno. Porém, houve uma manipulação dos números para elevar os valores e minimizar o impacto dos cortes", afirmou.

A 2ª tesoureira da ADUA, professora Ana Cristina Belarmino, observa que, apesar dos eventuais ajustes, a ausência de investimentos em reformas de laboratórios,

MOÇÃO DE REPÚDIO

Em Assembleia Geral realizada no dia 20 de agosto de 2015 os docentes da Universidade Federal do Amazonas responsabilizam a reitora Márcia Perales Mendes Silva com base nos seguintes fatos: a) Pela omissão na defesa da Autonomia Universitária violada pela liminar judicial impedindo o Conselho Universitário de deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico; b) Pela falta de transparência e avaliação política sobre os impactos dos cortes orçamentários na Ufam; c) Pela inabilidade e morosidade na condução do processo de recomposição do calendário acadêmico alterado em razão da deflagração da greve dos docentes e técnicos da Ufam.

por exemplo, já se tornou um problema recorrente. "A administração entende que os próprios professores devem tomar a iniciativa e requisitar as reformas por meio de projetos. Ainda assim, a maioria dessas solicitações não é atendida devido à restrição de recursos, e a estrutura da universidade acaba sucateada", lamentou.

A professora identifica ainda certo "ímpeto imediatista" nas ações da administração. "Talvez os terceirizados sejam a categoria mais afetada pelo ajuste, pois são cargos que não foram preenchidos por meio de concursos públicos. São funções que se destinam a resolver demandas urgentes", explica. "Se os recursos fossem gastos de acordo com as previsões relativas ao custeio e capital, talvez pudéssemos ter uma noção mais exata do que representa o corte de 16%", complementa.

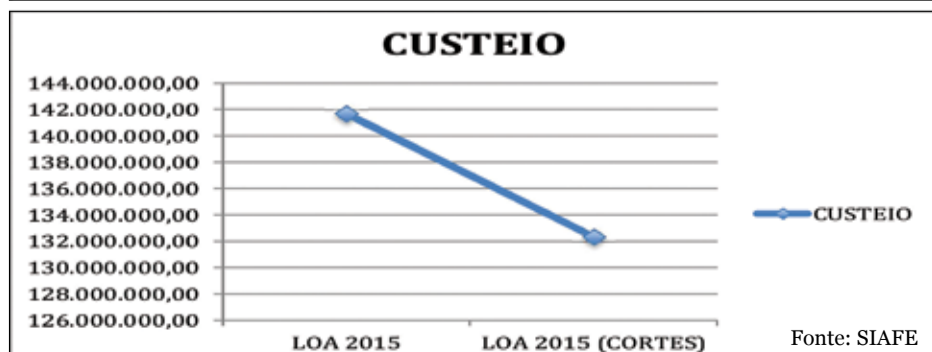
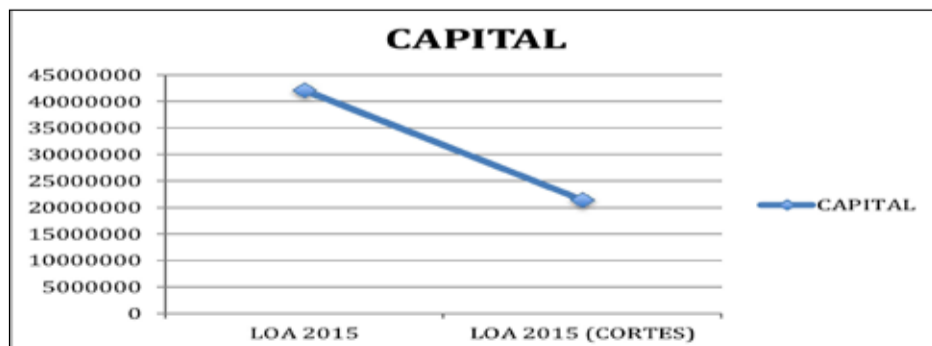
"O problema não é a remuneração de determinadas atividades, mas os gastos que porventura possam beneficiar este ou aque-

le setor. Quanto se gasta nas atividades-meio?", indaga outro integrante do CLG, professor Albertino Carvalho. Com a mudança organizacional nas IFE, serviços de carpintaria e reparos na eletricidade passaram a ser executados por empresas. "Falta transparência na divulgação dos gastos", pontua.

Para Albertino, que foi pró-reitor de Planejamento da Ufam no período 2009-2011, outro problema da instituição refere-se à falta de estrutura adequada capaz de administrar os gastos da universidade. "Faltam recursos humanos especializados", destaca.

O docente lembra ainda que recursos governamentais e arrecadação própria (como a realização de concursos e convênios) são os principais meios de obtenção de receita da universidade.

Para além dos números, no entanto, permanecem dúvidas sobre a dimensão desta medida na rotina acadêmica, afinal nem todo corte é bem-vindo. Esse é um deles.



Fonte: SIAFE



Em reunião do Consepe, o presidente da Adua questiona reitora sobre o impacto do corte

a a 16,3% na Ufam



No Icomp há duas obras em andamento., uma delas com nove meses de atraso, segue em ritmo lento



Casa Universitária de Parintins deve ser entregue em outubro



No ICHL, prédio destelhado será Departamento de Comunicação

Obras atrasadas na Ufam totalizam R\$ 16,5 milhões

O Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, sede da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), concentra quatro obras que deveriam ter sido concluídas em 2014, mas até o momento não foram finalizadas. Juntas, elas concentram R\$ 16,5 milhões em recursos, cuja principal fonte é o Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC). A situação preocupa o movimento docente da instituição, que, em greve desde o dia 15 de junho, tem entre as pautas de reivindicação a luta por melhores condições de trabalho.

No Instituto de Ciências Biológicas (ICB), no setor Sul do Campus, a construção de dois prédios está atrasada há quase um ano e meio. A obra dos blocos 1 e 2 do ICB teve início em agosto de 2012, com prazo de entrega para 06 de abril de 2014. A Antonelly Construções e Serviços LTDA recebeu aproximadamente R\$ 11,8 milhões para executar o serviço. Dezesesseis meses depois da data prevista para o término da obra, quem passa pelo local vê que ainda há o que ser feito.

No Setor Norte do Campus, no Instituto de Computação (Icomp), há duas obras em andamento. Com nove meses de atraso, a construção de um dos blocos segue em ritmo lento. A empresa Comércio Rep. e Serviços LTDA recebeu R\$ 2.559.781,92 para entregar a obra em 04 de novembro de 2014.

Com recursos da ordem R\$ 208

mil, o Centro de Processamento de Dados (CPD) passou por reforma para adaptação às normas de acessibilidade. A previsão para conclusão da obra era 03 de janeiro 2014, mas 19 meses depois, um elevador para cadeirante para permitir o acesso entre o térreo e o 1º piso nunca foi instalado. A obra está sob a responsabilidade da R A de O Bastos Eng – EPP.

Em 05 de agosto de 2013, a Reitoria da Ufam divulgou no site da instituição o início da construção do primeiro bloco com salas destinadas totalmente aos cursos de pós-graduação, o Centro Humanitas. O local que abrigaria cursos de Pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), também no setor Norte, hoje é um canteiro de obras abandonado, tomado pelo mato.

De acordo com o projeto, o prédio foi projetado para ter três andares e abrigar espaços destinados a salas de núcleos de pesquisas, de reuniões e de videoconferências, oito laboratórios, banheiros e espaços para a administração do local. Orçada em R\$ 2,5 milhões, a obra estava prevista para ser concluída dia 05 de julho de 2014, há pouco mais de um ano.

Obras acabadas e sem uso

Levantamento feito pela reportagem, com base nas informações contidas nas placas afixadas nos canteiros de obras, no Portal da Transparência e ainda no site da universidade, dá conta da existência de outros empreendimentos finalizados, entretanto sem uso.

Somados esses casos às obras atrasadas, o montante de recursos salta para R\$ 22,7 milhões.

O caso mais emblemático é Centro de Pesquisa e Produção de Medicamentos (Cepram) da Ufam que neste ano completa 12 anos da conclusão de suas obras, no Setor Sul da sede. Criado para ser a primeira fábrica de medicamentos da região Norte, o centro consumiu mais de R\$ 3,5 milhões de recursos públicos e nunca produziu sequer um único medicamento. Para funcionar, o Cepram precisa de outro volume de recursos para a compra de equipamentos.

Ainda no setor Sul, aparentemente concluídas, as obras do Bloco da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) consumiram cerca de R\$ 3,2 milhões do MEC. Valor pago à construtora Hebta Engenharia LTDA para a construção de salas de aula, sala de professores e laboratórios. O prédio ainda não foi oficialmente entregue, mas a promessa é que ele seja utilizado ainda neste ano. A nota de empenho da obra é de 2012.

Caso semelhante, também no setor Sul, é o do Laboratório de Anatomia do ICB. O novo prédio foi entregue, mas com obras ainda não concluídas e com equipamentos e mobiliário chegando “a prestação”. Ao lado da nova obra há, incompreensivelmente, uma lixeira viciada. Enquanto isso, estudantes, técnicos e professores são submetidos às precárias condições infraestruturais do antigo laboratório onde continuam a ocorrer as atividades de ensino

dos ciclos básicos da área de saúde, ironicamente.

Novas obras

A sede da Ufam também tem obras novas em andamento, dentro do prazo, mas que podem passar pelo mesmo problema. Uma delas é o bloco 3 do Icomp, cuja previsão de entrega é dia 21 de janeiro de 2016. A construtora Hebta Engenharia LTDA, que também construiu o bloco da FCF e cujo prédio está sem uso, recebeu R\$ 2.251.041,98 para executar a obra, levantada com recursos públicos e em parceria com a empresa Samsung.

Ainda no setor Norte, no ICHL, recentemente foi afixada uma placa com a inscrição “construção do bloco do Departamento de Comunicação do Instituto de Ciências Humanas e Letras”. O prédio estava abandonado e parcialmente destelhado antes da afixação da placa, onde consta que a obra teve início no dia 25 de junho deste ano. Orçada em R\$ 3,1 milhões, a obra tem previsão de entrega para o dia 24 de julho de 2017.

Nas unidades fora da sede a situação não é diferente. Em Parintins, o MEC repassou aproximadamente R\$ 4,2 milhões para construção da Residência Universitária. Iniciada em outubro de 2014, a construção está prevista para ser concluída no dia 13 de outubro deste ano, mas ainda há muito o que ser feito, de acordo com informações da comunidade acadêmica do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootec-

nia (ICSEZ).

Reitoria justifica atrasos

Em nota, a Ufam, por meio da Assessoria de Comunicação, alegou que os blocos 1 e 2 do ICB estão prontos, mas aguardava que a construtora fizesse a faxina no prédio para retirar os restos de obras. A previsão é que o trabalho seja concluído e a obra entregue, no máximo, em agosto.

Sobre o bloco 3 do Instituto de Computação (Icomp), a Reitoria justificou que as obras foram paralisadas porque a empresa não cumpriu o contrato. A Prefeitura da Ufam realizou nova licitação e as obras foram reiniciadas. Sobre o outro bloco da mesma unidade e que está com oito meses de atraso, a Ufam não se pronunciou.

Em relação ao Centro de Documentação e Pesquisa, o Humanitas, a Ufam alegou que as obras estão “suspensas por divergências em relação à natureza da obra”. Segundo a Reitoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) duvida se a obra será realmente um laboratório. A universidade já encaminhou os esclarecimentos e, após se explicar à Corte, pretende retomar a obra.

A respeito do prédio da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, a Administração Superior afirmou que o bloco já foi entregue à direção da unidade acadêmica, que já está providenciando a mudança. Sobre as obras do Cepram, do Laboratório de Anatomia, do CPD e da Casa do Estudante em Parintins, a Ufam não apresentou justificativa.

Local

Dois movimentos na UFAM?

As mentiras por tempo indeterminado de um pseudo-movimento

Aldair Oliveira de Andrade

No dia 09 de junho de 2015, em Assembleia Geral dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas, foi Deflagrada Greve na UFAM. Uma assembleia geral conturbada e tensa, tendo em vista a intenção golpista de docentes que a todo custo queriam impor à categoria seus desejos pessoais. É pertinente relembrar que por deliberação em Assembleia Geral foi concedido aos professores não sindicalizados o direito de votar sobre a deflagração da greve. Mesmo sendo concedido este direito, e com a mobilização maciça dos opositores, a deflagração da greve foi aprovada por maioria significativa. Cumprindo-se os prazos legais estabelecidos em lei, a greve foi instalada na UFAM no dia 15 de junho 2015.

No dia 10 de junho de 2015, o Presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, protocolizou na Reitoria da Universidade Federal do Amazonas o Ofício 027/2015 informando a Deflagração da Greve e, através do Ofício 028/2015, solicitou a Convocação Extraordinária do Conselho Universitário.

Passados oito dias e sem resposta ao pleito da ADUA, o Comando Local Unificado de Greve – CLUG solicitou audiência com a reitora, agendada para o dia 22 de junho de 2015. Nesta foi cobrada urgência na convocação do Conselho Universitário, pois não deveria o Conselho se furtar da responsabilidade de discutir o que acontecia na Universidade. Vale destacar que nesta audiência os representantes do CLUG foram informados pela Reitora Márcia Perales Mendes Silva da existência de “documento” – abaixo-assinado – de docentes que não acatavam a decisão soberana de AG de sua categoria.

Diante de tal informação, a ADUA requereu à Reitoria através dos Ofícios 032/2015, de 26 de junho de 2015, e 039/2015, de 07 de julho 2015, cópia da lista com as assinaturas dos participan-

tes do auto-intitulado “Movimento Estamos em Aula na UFAM”. Após 25 dias da primeira solicitação, em 20 de julho de 2015, através do Ofício 140/2015/Direx, foi encaminhado à ADUA um conjunto de 30 páginas, com numeração processual de 07 a 36. Ou seja: o documento enviado pela Reitoria não estava integralizado, dele faltando as seis páginas iniciais.

A peça que se apresenta como “abaixo-assinado de docentes que não reconhecem a deflagração da greve e pugnam pela não suspensão do calendário” é, efetivamente, a manifestação pública de um golpe à democracia. Docentes que, tocados em suas vaidades, não admitem o fato de que na Assembleia Geral dos Docentes foi aprovada por maioria a Deflagração da Greve na UFAM ou, ainda, por desfaçatez, não conseguiam ver ou admitir que o Executivo tem implementado política de austeridade econômica, promovendo o sucateamento da Educação Pública, preferindo curvarem-se ao imobilismo e ideários imagéticos dos contos de fadas como se tudo estivesse funcionando às mil maravilhas nas IFEs, e em particular na UFAM.

Uma rápida análise do “documento” indica que este não se apresenta como uniforme; transparece como uma compilação de peças colhidas em diversas circunstâncias, e posteriormente montadas, bricolagem grosseira, para dar um ar de uniformidade discursiva. Efetivamente, ele contém simbólica ou emblematicamente o que se representa nesse jogo de interpretações, um circo de horrores.

Nas 36 páginas, constam 445 assinaturas de “docentes”. Numa leitura mais apurada constata-se que 28% dessas assinaturas estão repetidas ao longo do documento, por vezes em uma mesma página; 7% das assinaturas, por estarem ilegíveis, não podem ser identificadas; enquanto 3% dos nomes indicados não são localizados no Portal da Transparência do Governo Federal.

Ao desdobrarmos o teor do “abaixo-assinado”, verifica-se



Foto: Arquivo Adua

Esquecem os professores do “estamos em aula por tempo indeterminado” que a Universidade [...] não pode ser transformada em espaço político e profissional de realização de seus interesses e caprichos pessoais

que na verdade este é composto de duas peças. Uma sem data de emissão (páginas 06 a 32), que, segundo os registros, teria sido entregues à reitora no dia 16 de junho de 2015, nas quais constam 416 assinaturas, sendo que 3% não foram identificadas no Portal da Transparência; 7% estão ilegíveis e 2% das assinaturas estão duplicadas. Na segunda parte (páginas 33 a 36), protocolizada no Gabinete da Reitoria no dia 26 de junho de 2015, constam assinaturas de 29 docentes, sendo que 93% delas são assinaturas que já aparecem na primeira peça e 7% estão ilegíveis. Somadas as duas peças, tem-se o total de 445 assinaturas, e não 454, como divulgado por aqueles que produziram o “documento”.

A análise das duas peças que compõem o dito “abaixo-assinado” evidencia claramente a atitude golpista, fruto do descontentamento de alguns professores que tiveram a vaidade agredida ao serem “derrotados” em sua proposta contrária à greve. A deflagração da greve pela Assembleia Geral e todos os aportes processuais (Assembleias Setoriais, Assembleias Gerais, Listas de Assinaturas etc.) produzidos pelo movimento docente não podem ser comparados, nem de longe, ao “documento” produzido atabalhoadamente e sem transparência pelo auto-denominado “Movimento Estamos em Aula na UFAM”, tendo em vista que tanto sua gestação como confiabilidade são no mínimo duvidosas.

É incerta a existência de “movimento” quando sua identidade se consubstancia por um “documento” que apresenta dubiedades. Por sua vez, é absoluta e comprovada a existência da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas como única entidade representativa dos docentes da UFAM, tanto em sua forma política, quanto pela transparência e lisura com que conduz os processos democráticos de deliberação da categoria.

Voltando aos números, as 368 assinaturas validadas –

descontadas 34 repetidas, 30 ilegíveis e 13 não identificadas – no dito “abaixo assinado” do dito “movimento em aula” estão muito aquém das 454 propaladas por aqueles que se opõem à greve legalmente deflagrada pela categoria docente na UFAM.

Assinaturas não identificadas	13
Assinaturas ilegíveis	30
Assinaturas repetidas	34
Assinaturas validadas	368
Total de Assinaturas no “abaixo-assinado”	445

Afinal, esta é apenas mais uma das muitas mentiras difundidas pelos “fura-greve” em seus ataques ao movimento docente e na sua cruzada insana para transformar a Universidade Pública em lócus de suas investidas privatizantes.

Esquecem os professores do “estamos em aula por tempo indeterminado” que a Universidade, por ser Pública, é do povo, da população, da comunidade, e não pode ser transformada em espaço político e profissional de realização de seus interesses e caprichos pessoais.

Aldair Oliveira de Andrade é professor adjunto do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Ufam e 2º vice-presidente da ADUA.

Cortes no orçamento impõem diminuição em pesquisas e restrição de participação em eventos

Durante cinco dias, o professor do Departamento de Antropologia da Ufam, Lino João de Oliveira Neves, participou do 55º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em julho deste ano em El Salvador, na América

Central. No Congresso, estiveram presentes mais de 2.000 docentes-pesquisadores de todas as partes do mundo. Embora esperados em grande número, a presença de brasileiros ficou aquém da expectativa em virtude da falta de apoio institu-

cional para participação no evento. Nesta entrevista, ele avalia o impacto do corte de recursos da Educação, que atinge diretamente a participação de acadêmicos em eventos nacionais e internacionais. Confira!

Em sua opinião qual o cenário atual em relação à participação de pesquisadores brasileiros em eventos nacionais e internacionais?

Todos nós que vivenciamos o dia a dia das universidades e centros de pesquisa no país somos atingidos por um processo de restrição de recursos públicos disponibilizados pelos governos – federal, estaduais e municipais – para o funcionamento das nossas instituições. Um processo que a cada ano mais aprofunda a precarização das condições de trabalho e, como consequência, do ensino, caminhando a passos largos rumo à privatização do ensino superior público. Neste cenário, crítico e trágico, a participação de brasileiros em eventos nacionais, e principalmente internacionais, enfrenta um acentuado decréscimo, um déficit que a cada ano vem se agravando mais e mais.

Como o senhor avalia a situação educacional brasileira, comparada a outros países latino-americanos?

Nós, brasileiros e nossos vizinhos latino-americanos, somos muito mal tratados pelos nossos governos. Ainda que possam ser observadas certas peculiaridades de contextos nacionais diferentes, o ponto comum é que a Educação não é tomada em nosso continente como área privilegiada de formação cidadã e de construção de uma sociedade plural. A situação educacional está muito mal em todos os países da América Latina.

Qual o desafio a ser enfrentado pela comunidade científica latino-americana para a produção de conhecimento e a educação no continente?

O que a América Latina precisa é de um olhar latino-americano que olhe para as nossas distintas realidades locais a partir do rico acervo sócio-cultural, político e epistemológico herdado dos povos originários destas terras. Uma “nova” visão de mundo – nova porque se contrapõe à velha e desgastada visão europeia de mundo – que possa contribuir para a superação da crise social, política e epistemológica por que passam não apenas as nossas ciências, mas a própria humanidade. O que defendo está muito longe de uma postura xenofóbica que rejeita o pensamento científico moderno. É exatamente o contrário: o verdadeiro pensamento “científico” não pode continuar a desconsiderar e desprezar os outros saberes produzidos por sistemas extra-europeus. O desafio para a comunidade científica latino-americana é efetivar uma agenda própria que supere a crise paradigmática vivida pela ciência moderna, uma crise que tem origem em seus paradigmas descontextualizados que só

aprofundam as disparidades e desigualdades científicas e sociais, acentuando a dependência social, científica e econômica. O problema é que os governos locais (não apenas de nosso país, mas dos demais países na América Latina) continuam a olhar para as sociedades latino-americanas com o olhar eurocêntrico projetando como horizonte social, político e educacional o desgastado modo de vida europeu, completamente dissociado de nossas realidades locais.

Os cortes na Educação refletem na participação brasileira em fóruns dentro e fora do país?

Refletem negativamente. Sem acesso a financiamentos públicos, o número de acadêmicos tem diminuindo visivelmente, tanto em eventos realizados no país como no exterior. De modo mais gritante, a participação de brasileiros em eventos internacionais vem caindo vertiginosamente.



O desafio para a comunidade científica latino-americana é efetivar uma agenda própria que supere a crise paradigmática vivida pela ciência moderna.



Como têm interferido?

Para dar uma ideia da dimensão do problema, posso citar o Simpósio “Sociedades e Estados Plurais. Fundamentos originários para a necessária (re)construção política nas Américas”, que acabo de coordenar no 55º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em julho deste ano em San Salvador, capital de El Salvador, na América Central. Dos doze brasileiros inscritos no Simpósio, apenas um, eu mesmo, participei, e isto porque arqueei com recursos próprios as despesas. Os outros onze brasileiros que apresentariam trabalhos no Simpósio não contaram com apoios institucionais.

Qual o impacto acadêmico dessas medidas impostas pelo governo às instituições de ensino e pesquisa?

É importante lembrar que a participação em eventos acadêmico-científicos é parte constitutiva da produção de conhecimento. É nos debates sobre trabalhos apresentados que as ideias se consolidam, em fim, que o conhecimento pro-

duzido é aprimorado. Os cortes orçamentários e todas as medidas restritivas impostas têm promovido um processo crescente de diminuição das pesquisas no país e de restrição da participação em eventos, interrompendo o fluxo de troca de conhecimentos, processos indispensáveis para a vitalidade de qualquer sistema de produção de saberes.

Como essas medidas restritivas atingem a Ufam?

Especificamente no que diz respeito à participação em eventos acadêmico-científicos, os cortes orçamentários dificultam, e mesmo inviabilizam a presença de docentes e estudantes da UFAM. Objetivamente devemos lembrar que desde o final de 2014 a Comissão Pró-Congresso, da Proesp, suspendeu a concessão de apoio à participação tanto em eventos nacionais como internacionais. Nesse mesmo sentido, a redução da FAPEAM à mera condição de “entidade vinculada” à Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN-CTI) também provoca prejuízos à produção de conhecimento. Em seu conjunto, as medidas restritivas impostas à UFAM promovem o seu apequenamento. Não reconhecida como “centro de excelência”, as medidas de restrição tendem tornar a UFAM ainda menor. E isso se torna tão mais grave ao se perceber que a Administração Central, responsável pela vitalidade acadêmica e institucional da UFAM, se inferioriza frente a governos que impõem “cortes” francamente antagônicos aos interesses de uma verdadeira instituição universitária e não tem sequer a dignidade, que dela se poderia esperar, de defender de modo contundente e sem meias palavras a Universidade, os recursos necessários à manutenção do ensino, pesquisa e extensão, e, principalmente, a Autonomia Universitária, princípio indispensável para a existência livre, democrática e autônoma, enquanto soberana, de qualquer Universidade que se pretenda digna desse nome.

Professor:
Lino João de Oliveira Neves

Formação:
Doutor em Sociologia do Desenvolvimento e Transformações Sociais pela Universidade de Coimbra.



Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 04/05/2015 a 29/05/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	75.088,73	75.169,74	100,00%
1.1	RECEITAS	75.088,73	75.169,74	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	72.447,10	72.368,30	96,27%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	2.596,43	2.745,14	3,65%
1.1.3	Receitas com Reprografia	45,20	56,30	0,07%
2	SAÍDAS	46.987,14	61.334,07	100,00%
2.1	PESSOAL	9.356,08	12.427,94	20,26%
2.1.1	Salários	7.697,08	10.215,94	16,66%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.659,00	2.212,00	3,61%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	6.411,89	6.010,16	9,80%
2.2.1	Contribuição INSS	4.614,27	4.496,16	7,33%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.083,19	1.016,15	1,66%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	135,40	127,02	0,21%
2.2.4	Contribuição Sindical	394,70	-	0,00%
2.2.5	IRRF s/Férias e Salários	184,33	370,83	0,60%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.982,00	2.267,00	3,70%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.382,00	1.182,00	1,93%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	800,00	875,00	1,43%
2.3.4	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	-	210,00	0,34%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	6.397,62	11.357,62	18,52%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	5,38%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	4.000,00	6,52%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,36%
2.4.4	Serviços de Confeção de Faixas	600,00	2.260,00	3,68%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	2,57%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	17.092,10	17.495,52	28,53%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	14.570,56	14.968,74	24,41%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,25	230,00	0,38%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	572,82	574,20	0,94%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.718,47	1.722,58	2,81%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	2.846,78	1.809,57	2,95%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	713,47	615,57	1,00%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	900,00	750,00	1,22%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	1.233,31	444,00	0,72%
2.8	BENS DE CONSUMO	1.849,27	7.183,82	11,71%
2.8.1	Telefone	357,13	480,95	0,78%
2.8.2	Correios/Malotes	-	899,25	1,47%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	-	3,00	0,00%
2.8.4	Combustível	200,00	250,00	0,41%
2.8.5	Materiais de Expediente/Limpeza	-	2.146,18	3,50%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	421,87	383,51	0,63%
2.8.7	Cartuchos e Toner de Tinta	282,00	298,00	0,49%
2.8.8	Despesas com Seminários	-	836,00	1,36%
2.8.9	Despesas com Greve	-	1.869,44	3,05%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	588,27	17,49	0,03%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	51,40	2.782,44	4,54%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	51,40	52,09	0,08%
2.10.2	TRF/IOF/IRRF S/Aplicações	-	2.730,35	4,45%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		163.250,95	191.352,54	
RECEITAS		75.088,73	75.169,74	
DESPESAS		(46.987,14)	(61.334,07)	
RESULTADO OPERACIONAL		191.352,54	205.188,21	
Banco do Brasil S/A C/C		48.723,58	59.306,28	
Aplicação Banco do Brasil		323.947,23	323.962,02	
CAIXA		0,37	251,07	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		372.671,18	383.519,37	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/06/2015 a 30/06/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	75.169,74	135.729,62	100,00%
1.1	RECEITAS	75.169,74	75.745,40	55,81%
1.1.1	Contribuição dos Associados	72.368,30	72.210,70	53,20%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	2.745,14	3.525,30	2,60%
1.1.3	Receitas com Reprografia	56,30	9,40	0,01%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	59.984,22	44,19%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	-	59.984,22	44,19%
2	SAÍDAS	61.334,07	77.447,42	100,00%
2.1	PESSOAL	12.427,94	14.961,69	19,32%
2.1.1	Salários	10.215,94	12.841,19	16,58%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.120,50	2,74%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	6.010,16	5.682,66	7,34%
2.2.1	Contribuição INSS	4.496,16	4.154,47	5,36%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.016,15	947,30	1,22%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	127,02	118,41	0,15%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	370,83	462,48	0,60%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.267,00	3.770,63	4,87%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.182,00	1.182,00	1,53%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,03%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	875,00	910,00	1,18%
2.3.4	Serviços Administrativos/Jornalista	-	878,63	1,13%
2.3.5	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	11.357,62	6.557,62	8,47%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	4.000,00	5,16%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,29%
2.4.4	Serviços de Confeção de Faixas	2.260,00	760,00	0,98%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	2,03%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	17.495,52	17.130,65	22,12%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	14.968,74	14.323,28	18,49%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,00	-	0,00%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	574,20	-	0,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.722,58	2.807,37	3,62%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	1.809,57	12.869,25	16,62%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	615,57	6.447,18	8,32%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	750,00	4.796,07	6,19%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	444,00	1.626,00	2,10%
2.8	BENS DE CONSUMO	7.183,82	16.364,41	21,13%
2.8.1	Telefone	480,95	526,01	0,68%
2.8.2	Correios/Malotes	899,25	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	3,00	57,50	0,07%
2.8.4	Combustível	250,00	300,00	0,39%
2.8.5	Materiais de Expediente/Limpeza	2.146,18	185,10	0,24%
2.8.6	Cartório (Copias e Autenticações)	-	52,68	0,07%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	383,51	100,00	0,13%
2.8.8	Cartuchos e Toner de Tinta	298,00	-	0,00%
2.8.9	Despesas com Seminários	836,00	1.145,86	1,48%
2.8.10	Despesas com Greve	1.869,44	13.760,50	17,77%
2.8.11	Assinatura Provedor/Internet	17,49	236,76	0,31%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	2.782,44	110,51	0,14%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	52,09	28,69	0,04%
2.10.2	TRF/IOF/IRRF S/Aplicações	2.730,35	81,82	0,11%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		205.188,21	219.023,88	
RECEITAS		75.169,74	135.729,62	
DESPESAS		(61.334,07)	(77.447,42)	
RESULTADO OPERACIONAL		219.023,88	277.306,08	
Banco do Brasil S/A C/C		59.306,28	-	
Aplicação Banco do Brasil		323.962,02	382.683,28	
CAIXA		251,07	12,70	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		383.519,37	382.695,98	

Literatura

Ajuri da Autonomia: feira literária reúne autores e leitores na Ufam

Foto: Annyelle Bezerra

Usado por nativos da Amazônia, o termo ajuri (mutirão, trabalho conjunto) foi “emprestado” por professores, pesquisadores e artistas para dar sentido à ação cultural realizada pelo Comando Local de Greve (CLG) no dia 10 de julho, no hall do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal da Amazonas (Ufam): uma feira de livros e fotografias realizada a partir de doações e um esforço coletivo em defesa da autonomia, do conhecimento e da livre crítica na universidade.

Durante o ‘Ajuri da Autonomia’, representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica tiveram acesso a cerca de 200 títulos disponíveis a preços simbólicos que variaram de R\$ 2 a R\$ 20. Além disso, como parte da programação, os presentes puderam compartilhar experiências com os autores de livros lançados. Dos doze títulos, nove obras foram escritas ou organizadas por mulheres.

A professora Nícia Zucolo, do Departamento de Língua Portuguesa não perdeu a oportunidade e adquiriu cinco

títulos. “São livros que dizem respeito, de uma maneira ou outra, aos assuntos que eu pesquiso. Por isso, quis aproveitar a oportunidade de contribuir [com o movimento] e de receber também”, disse. Atualmente, Nícia está desenvolvendo um projeto de pesquisa que estuda a relação entre “violência e gênero”.

‘Olhar humanístico’

Durante a feira, o público também pode conferir e adquirir imagens de paisagens da Amazônia, feitas pelo geógrafo e fotógrafo André Zumak, em viagens a passeio, trabalho ou mesmo com o olhar mais atento em atividades de pesquisa pela região. André conta que sempre gostou de fotografia, mas passou a investir na atividade a partir de uma pesquisa realizada enquanto ainda era graduando de Geografia, em um levantamento socioeconômico em Silves, feito como trabalho da disciplina “Geografia do Turismo”, ministrada pela professora Ivani Ferreira, docente que também participou da organização do ‘Ajuri da Autonomia’.

Na exposição, fotografias de paisa-



Cerca de 200 títulos foram disponibilizados a preços simbólicos

gens do Alto Rio Negro que chamam atenção inclusive de quem é natural de algum município daquela região e cresceu diante daquela paisagem. É o caso da professora Rita Floramar, do departamento de Educação Escolar Indígena, da Faculdade de Educação (Faced), que nasceu em São Gabriel da Cachoeira e regularmente retorna ao local para minis-

trar atividades da licenciatura indígena. “No papel a paisagem está sempre presente. É como se eu estivesse lá”, disse a docente, depois de adquirir algumas imagens.

Devido ao sucesso da feira, o CLG não descarta a possibilidade de realizar outras edições da feira durante o movimento paredista na Ufam.

Vale a pena ver

Título Original: Sindicato de Ladrões
Gênero: Drama
País de Origem: EUA
Ano: 1954
Preço: R\$ 29,99

Eu poderia ter tido classe. Eu poderia ter sido um lutador. Eu poderia ter sido alguém, ao invés do vagabundo que sou. Quando Terry Malloy (Marlon Brando) diz estas palavras para seu irmão Charley, o espectador se surpreende. Será que este é aquele Terry Malloy frio e embrutecido que estávamos acostumados a ver? De onde veio aquela onda de amargura repentina?

Sindicato de Ladrões poderia ser tomado como um filme que trata do envolvimento da Máfia com os sindicatos americanos. Poderia ser tomado como uma história de amor ou como a luta de um homem simples contra o ‘poder’ instituído. O filme é, na verdade, um pouco de tudo isso. Porém, ele é, principalmente, sobre a luta de um homem para recuperar sua honra e sua auto-estima.

Este homem é Terry Malloy, um ex-lutador de boxe que agora trabalha para o mafioso Johnny ‘Amigo’, que controla o sindicato local. É Johnny quem determina quem conseguirá trabalho ou não, nas listas diárias que são divulgadas no cais. Certo dia, depois de ter servido como isca para atrair Joey, um homem que pretendia denunciar o mafioso para as autoridades, Terry fica chocado ao descobrir que o sujeito foi assassinado. No entanto, é difícil para Terry questionar as atitudes de Johnny Amigo, já que Charley, seu irmão, é o braço direito do bandido.

É quando ele conhece Edie (Marie Saint), a bela irmã de Joey. Edie é uma garota inteligente e determinada que decide levar os responsáveis pela morte de seu irmão à justiça. Para isso, ela consegue a ajuda do corajoso padre Barry (Malden). Terry, cada vez mais dividido entre seu amor pela garota, seu remorso pela morte de Joey e sua fidelidade ao irmão Charley, não consegue se decidir sobre o que fazer. É

então que Johnny ‘Amigo’ mata mais um estivador, tornando a situação ainda mais tensa.

Marlon Brando tem uma atuação maravilhosa, neste filme. Seu Terry Malloy é um homem aparentemente frio, que só pensa em sua própria segurança e que, no entanto, é surpreendido ao perceber que há uma outra pessoa com a qual se preocupa mais do que consigo mesmo: Edie. Para se ter uma idéia da perfeição do trabalho de Brando neste filme, há um momento no qual Edie diz sobre Terry: ‘Ele tenta bancar o durão, mas há gentileza em seus olhos’. O incrível é que o espectador consegue perceber essa ‘gentileza’ claramente.

Mas Sindicato de Ladrões não é um filme no qual somente Brando se destaca. Todas as atuações impressionam, aqui: Karl Malden, com seu padre Barry, desperta a admiração do espectador por sua coragem e determinação. O discurso proferido ao lado do corpo de ‘K.O.’ Dugan é um dos momentos mais emocionantes do filme. Lee J. Cobbs, como Johnny ‘Amigo’, está corretamente antipático - e transpirando perigo - no papel de vilão, enquanto Rod Steiger mostra, com competência, o dilema diante do qual se encontra seu personagem, Charley, depois que Terry começa a ter ‘crises de consciência’. Não posso deixar de mencionar, também, o bom trabalho de Eva Marie Saint, estreando nas telas com este filme.

A parte técnica é irrepreensível: a música de Leonard Bernstein é belíssima, bem como a fotografia de Boris Kaufman (em um trabalho difícilíssimo, já que o diretor Elia Kazan insistiu em rodar Sindicato de Ladrões em locações, ao invés de no conforto de um estúdio).

Pablo Villaça é crítico cinematográfico e professor de Linguagem e Crítica Cinematográfica. Leia o texto na íntegra no site Cinema em Cena (<http://cec.uaise.com>).



Vale a pena ler

Livro: Cultura do silêncio e democracia no Brasil
Autor: Venício A. de Lima
Nº de páginas: 424
Ano: 2015

Venício Lima é desses intelectuais raros. Não só pela erudição, como e principalmente, pelo seu compromisso com as classes trabalhadoras, com a democracia, com a liberdade. Com propriedade, pode ser qualificado, à Gramsci, de intelectual orgânico. Seu mais recente livro – Cultura do silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão [1980-2015] – é uma expressão disso. Ao selecionar textos básicos de sua produção entre 1980 e 2015, evidencia o quanto seu pensamento contribuiu para a luta democrática no Brasil e o quanto suas formulações têm lado.

Cientista social, mestre, doutor, pós-doutor em mais de uma ocasião, especialista em História do Cristianismo Antigo, professor titular de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (aposentado), foi pesquisador visitante I do CNPq no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, professor visitante nas universidades de Illinois e Miami-Ohio, EUA e La Habana, Cuba, e coordenador de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, além de fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UnB. É também jornalista profissional.

Seus ensaios têm matrizes claras. Primeiro, não conseguem esconder, e nem pretendem, o acento marxista. Tal matriz evidencia-se no método de análise, na clareza de que a história está fundada na luta de classes e que nunca deve fugir da noção de totalidade, inclusive e principalmente quando se analisa os meios de comunicação, que nunca podem ser vistos isoladamente, à parte da sociedade, da economia, da cultura e da política. Segundo, seus textos guardam um compromisso profundo com a democracia em seu sentido mais substantivo. A democra-

cia nele sempre cobra participação popular, cidadania ativa, defesa dos conselhos, autonomia do povo. E deve ser erigida sob um Estado de Direito capaz de promover simultaneamente a igualdade e a diferença, características essenciais da política, se transformadora. Terceiro, essa concepção de democracia provavelmente decorre de outra matriz – a gramsciana. Indaga-se se esta é decorrente de Marx, ou quem sabe, ela própria é que o tenha levado a Marx. Sem aparecer constante e explicitamente nesses textos, Gramsci está sempre a insinuar-se em suas concepções democráticas e no próprio entendimento do processo de transformação da sociedade, mais próximo da ideia de conquistas obtidas trincheira por trincheira do que da concepção do assalto ao Palácio de Inverno.

De Gramsci, é possível especular, pode ter se apropriado da noção de casamatas, fortalezas protetoras das classes dominantes, especificamente ao tratar da mídia, principal preocupação de sua trajetória intelectual e desse conjunto de ensaios. O jornalismo como partido político funda-se em análise de Gramsci lá pelos anos 20 do século passado. Esta noção guarda impressionante atualidade, e seguramente está presente nos textos de Venício Lima, sempre com os cuidados acadêmicos devidos, nunca desprezados, jamais canonizados. Ele não escreve como se estivesse sob os pórticos sagrados da Academia, mas como ator político envolvido com as lutas de seu tempo.

Não creio em acaso na atitude de Venício de trazer à luz no segundo capítulo um autor como Stuart Hall, nitidamente gramsciano, intérprete, entre tantos, do notável conceito de hegemonia do dirigente comunista italiano. E o recupera para o Brasil, se a palavra couber, no âmbito de estudos jornalísticos.

Emiliano José é jornalista, escritor, militante político. Leia o texto na íntegra no site da Carta Maior (<http://cartamaior.com.br>).

Dicas da web

Biblioteca exclusiva para deficientes

Criada com o objetivo de atender a demanda dos deficientes visuais da UnB e da comunidade, a Biblioteca Digital e Sonora (<http://bds.bce.unb.br/cadastro.html>) coleta, reúne, organiza e armazena materiais em formato digital a fim de satisfazer as necessidades de informação de seus usuários.

Com sua implementação a biblioteca procura democratizar o acesso à educação e à cultura por meio da oferta de materiais adaptados para os programas leitores de tela, além de livros gravados com uso



da voz humana.

A BDS é de uso restrito às pessoas com deficiência visual.

Repositório conta com mais de 22 mil teses e dissertações

Apontado, por mais um ano, como o melhor repositório digital da América Latina, o Lume (<http://www.lume.ufrgs.br/>), banco de teses, dissertações, artigos e trabalhos acadêmicos da UFRGS conta com mais de 22 mil teses e dissertações, defendidas na Universidade, além de 11,3 mil trabalhos de conclusão de curso de graduação e 3,2 mil trabalhos de conclusão de especialização. Os documentos digitais que integram as coleções



podem conter texto, imagem, vídeo e áudio, e são, em sua maioria, de acesso livre. O Lume usa o DSpace, software livre desenvolvido pelo MIT e HP, compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos (OAI), permitindo que os documentos sejam facilmente coletados.

Comentários

Márcia Josanne De Oliveira Lira Eu espero que a comunidade acadêmica jamais se esqueça dos nomes do professor da Faculdade de Direito e do diretor do Instituto de Ciências Exatas que provocaram essa situação de INTERVENÇÃO na Universidade Federal do Amazonas a despeito da AUTONOMIA UNIVERSITARIA. E pensar que até pouco tempo, ambos estavam em assessoria importante da Administração Superior e Pró-Reitoria de Planejamento, respectivamente. NUNCA vou me esquecer disso! E serei memória e doadora de memória a cada geração nova de professores e estudantes com as quais eu tiver contato. (Sobre a liminar impetrada por dois professores da Ufam e que feriu a autonomia da Ufam)



Amélia Regina A Greve é multicampi.. parabéns professores.. e vamos acreditar que estamos lutando por uma Universidade livre, autônoma e de qualidade. (Sobre as diversas atividades de greve realizadas em Manaus e nas unidades fora de fora da sede)



Selma Cavalcante Furtado Valeu, professores e técnicos unidos por uma UFAM autônoma, com ensino de qualidade. (Sobre a participação intensa do Movimento Estudante no Ato Em Defesa da Autonomia, realizado no dia 3 de julho, pela Adua e Sintesam)



Eduardo Saraiva A luta companheiros. (Sobre a Assembleia Geral Unificada realizada no último dia 5 de agosto para avaliar o movimento paredista na Ufam)



Gleice Antonia de Oliveira Todo apoio aos lutadores da UFAM!!! (Sobre os 50 dias de greve na Ufam, completados no dia 3 de agosto)



Lucas Milhomens Guarani Kaiowá Parabéns pela mobilização companheir@s! (Sobre o pedido de cancelamento da reunião do Consuni, feito pela Adua após liminar impedir deliberação sobre a suspensão ou não do calendário acadêmico)



boas lições

MPF/AM: Estado e Município devem garantir funcionamento adequado de escolas na zona rural de Manicoré

Foto: Divulgação

Uma série de irregularidades que vão desde ausência de teto na escola até a inexistência de estrutura física – alunos têm aulas embaixo de árvores – levou o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) a recomendar à Secretaria de Educação do Amazonas (Seduc) e ao Município de Manicoré a adoção de medidas urgentes para garantir o funcionamento adequado de escolas situadas em quatro comunidades indígenas e em uma comunidade tradicional extrativista, na zona rural do município.

Próximo à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Madeira, na aldeia indígena Kaiapé, o MPF/AM ouviu relatos de que a escola antes existente estava localizada na beira de um barranco e foi demolida, sob alegação de substituição por outra escola. Segundo os comunitários, há informação de início das obras dentro de um mês. Enquanto isso, os 18 alunos têm aulas na capela da comunidade.

A ausência de estrutura física para funcionamento da escola também foi relatada na comunidade indígena Kamaywá, no ramal 464, da BR 319. Com mais de 60 alunos matriculados, a escola mantém as aulas debaixo das árvores ou na casa do cacique, quando chove. A situação se repete na aldeia Curara, no rio Maturá, onde não há escola para os 30 alunos e as aulas também são ministradas embaixo de árvores ou, na época de chuvas, no centro social inacabado da aldeia.

Na aldeia indígena Patakuá, localizada na estrada do Inajá, na área rural de Manicoré, o MPF/AM encontrou uma escola sem telhado, com palhas caídas sobre a estrutura de madeira



quebrada do chão, entre outros problemas. Lideranças informaram que as aulas têm acontecido na sala da casa de um dos comunitários para não prejudicar o ano letivo.

A inspeção do MPF flagrou ainda problemas estruturais na escola de ensino tecnológico que fica próximo ao Polo Base da Boca do Jauari. Também colheu relatos das condições precárias de funcionamento em outra escola situada na comunidade Ponta do Campo, na Reserva Extrativista (Resex) Lago do Capanã Grande, que atende cerca de 280 alunos.

A recomendação do MPF à Seduc e à Prefeitura Municipal orienta que os órgãos implementem ações para otimizar os recursos e permitir o atendimento aos indígenas e ribeirinhos em suas comunidades, oferecendo estrutura adequada e processos próprios de aprendizagem, alimentação escolar, material didático, formação profissional diferenciada aos professores e todos os direitos assegurados constitucionalmente às crianças.

O documento dá 20 dias de prazo para manifestação quanto ao acatamento da recomendação e envio de descrição detalhada do planejamen-

to de ações para cumprir as medidas indicadas em cada localidade apontada pelo MPF.

Merendeiras

Nas comunidades da Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e nas aldeias indígenas do rio Marmelos, a falta de merendeiras nas escolas é apontada como um dos principais pontos de insatisfação pelas comunidades. Em reunião realizada entre representantes do MPF/AM e moradores das comunidades da Resex, foi relatado que as escolas municipais têm recebido merenda escolar, no entanto, para as de curso tecnológico, cuja competência é estadual, o repasse não tem ocorrido. Em ambos os casos, no entanto, não há merendeira.

Diante do impasse, o MPF também recomendou ao Governo do Estado do Amazonas que adote as providências necessárias para garantir o adequado fornecimento de alimentação escolar e contratação de merendeiras nas escolas de ensino tecnológico e demais escolas no município de Manicoré, de competência do Governo do Estado, nos termos da Constituição Federal e legislação vigente.